

# **A contabilidade financeira de microempresas: o caso da Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda.**

Relatório de Estágio

Inês Sofia Bettencourt Madruga

Mestrado em

**Ciências Económicas e Empresariais**



# **A contabilidade financeira de microempresas: o caso da Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda.**

Relatório de Estágio

Inês Sofia Bettencourt Madruga

## **Orientador**

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



## RESUMO

O presente relatório é o resultado do estágio curricular realizado na empresa Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda., sediada no concelho das Lajes do Pico, o qual foi realizado no âmbito do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, da Universidade dos Açores. O estágio em questão decorreu entre os dias 1 de outubro de 2019 e 31 de agosto de 2020. A Formapico é uma empresa jovem que se dedica essencialmente às áreas de contabilidade, consultoria, apoio à gestão de empresas e elaboração de projetos de investimento.

Este trabalho inicia-se com a caracterização da empresa, nomeadamente a sua estrutura, atividades desenvolvidas, clientes e posicionamento no mercado, tendo em conta a sua missão, visão e objetivos, seguindo-se um estudo teórico, onde se efetua uma revisão da literatura, no âmbito da contabilidade em microentidades e da base do Sistema de Normalização Contabilística – a Estrutura Conceptual. Posteriormente, enumeram-se as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio e esclarece-se como estas se mantiveram dado o impacto da pandemia de Covid-19. No final, efetua-se uma análise crítica à entidade e às atividades desenvolvidas, bem como uma descrição da interligação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do percurso académico e do estágio.

Ao nível de enquadramento teórico, destaca-se que com a implementação do Sistema de Normalização Contabilística foram criadas normas específicas para micro e pequenas empresas.

As atividades realizadas no estágio consistiram na classificação, arquivo e lançamento de documentação, elaboração de candidaturas a sistemas de incentivos, preenchimento do Relatório Único, entrega das declarações trimestrais da Segurança Social para trabalhadores independentes e preenchimento da declaração Modelo 10. Estas atividades foram realizadas de acordo com as expectativas e foram alcançados os objetivos propostos inicialmente.

Da análise crítica ao trabalho, destaca-se o facto da Formapico ser uma empresa jovem e com potencial de crescimento, sendo que as atividades desenvolvidas no estágio tiveram mais interligação com as unidades curriculares de Contabilidade I e II, Introdução à Gestão, Avaliação de Projetos e Comportamento Organizacional.

Palavras-chave: Contabilidade; Estrutura conceptual; microentidades; Estágio.

## ABSTRACT

This report is the result of the curricular internship at Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda., based in Lajes do Pico, which was carried out within the scope of the master's degree in Economic and Business Sciences, with specialization in Finance and Accounting, from the University of the Azores. The internship in question took place between October 1<sup>st</sup>, 2019 and August 31<sup>st</sup>, 2020. Formapico is a young company that is mainly dedicated to the areas of accounting, consulting, support to business management and development of investment projects.

This work begins with the characterization of the company, namely its structure, activities developed, customers and market positioning, taking into account its mission, vision and objectives, followed by a theoretical study, where a literature review is carried out in the scope of accounting in micro entities and the basis of the Accounting Standardization System – the Conceptual Structure. Subsequently, the activities developed during the internship are listed and it is clarified how these remained due to the impact of the Covid-19 pandemic. At the end, a critical analysis is developed on the entity and the activities carried out. There is also a description on the interconnection between the knowledge acquired during the academic path and the internship.

At the level of theoretical framework, it is noteworthy that with the implementation of the Accounting Standardization System specific rules were created for micro and small companies.

The activities carried out in the internship consisted of classifying, archiving and launching of accounting documentation, preparing applications for incentive systems, completing the Single Report, delivering the quarterly Social Security statements to self-employed workers, and filling in the Model 10 declaration. These activities were carried out according to the expectations and the objectives initially proposed were achieved.

From the critical analysis of the work, we highlight the fact that Formapico is a young company with growth potential. In addition, the activities developed in the internship had more interconnection with the curricular units of Accounting I and II, Introduction to Management, Project Evaluation and Organizational Behavior.

Keywords: Accounting; Conceptual structure; micro entities; Internship.

## AGRADECIMENTOS

É com enorme satisfação que endereço estas palavras de agradecimento a todos os que me motivaram e acompanharam na realização deste trabalho.

Este relatório de estágio é o culminar de quatro anos de esforço, estudo e superação, longe de casa, da família e dos amigos, com muito sacrifício de várias partes, vontade de procurar saber mais e construir bases sólidas para o futuro.

Endereço, primeiramente, o meu sincero obrigada ao meu orientador, Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira que esteve sempre disponível para todas as minhas questões e me acompanhou neste percurso do início ao fim, sempre sem lhe faltar uma palavra de motivação e incentivo.

Às responsáveis pelo acompanhamento do estágio, colegas e amigas, Sandra Oliveira e Conceição Alvernaz, que me transmitiram tudo aquilo que puderam durante estes onze meses e que, mesmo quando o tempo não abundava face à situação vigente, nunca se negaram a esclarecer qualquer dúvida da minha parte.

Aos meus colegas, amigos e mais recentes mestres Mariana Sebastião e Tiago Silva, o meu mais sincero obrigada, por tudo o que fizeram por mim, em todos os momentos deste percurso. Foram sem dúvida o meu pilar e a minha família, numa casa, ilha e vida diferente.

Ao meu amigo e vizinho Fábio Pimentel, que partiu comigo nesta aventura e que esteve sempre presente em todo este percurso. Às minhas amigas Marta Cardoso, Marta Bezerra e Jéssica Rosa, que foram também elas conselheiras do início ao fim deste percurso.

Ao meus padrinhos e avós que ficavam com o coração apertado nas horas de partida e que me recebiam sempre com um sorriso rasgado. À minha bisavó Albertina, que apesar de nos ter deixado no início deste percurso, me iluminou sempre e abençoou.

E por fim, aos maiores responsáveis por tudo aquilo em que me tornei e pelo que consegui construir até ao dia de hoje - aos meus pais e irmã, que nunca me faltaram e que suportaram as minhas indisposições nos momentos mais difíceis.

A todos, o meu sincero obrigada e que o universo vos retribua todo o bem em dobro.

## ÍNDICE

RESUMO .....	i
ABSTRACT .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
ÍNDICE.....	iv
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA FORMAPICO .....	3
2.1 Apresentação e história da Formapico.....	3
2.2 Atividades desenvolvidas .....	4
2.3 Tipo de clientes e alcance geográfico .....	5
2.4 Missão, visão e objetivos .....	6
CAPÍTULO III – SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICO E AS MICROENTIDADES.....	9
3.1 A contabilidade em Portugal: do POC ao SNC .....	9
3.2 Estrutura Conceptual.....	10
3.3 O Normativo Contabilístico para microentidades (NC-ME).....	12
3.4 Impacto das <i>International Financial Reporting Standarts</i> .....	13
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	15
4.1 Classificação, arquivo e lançamento de documentação .....	15
4.2 Candidaturas a Sistemas de Incentivos .....	21
4.3 Atividades pontuais.....	25
4.3.1 Relatório Único.....	25
4.3.2 Declaração trimestral da Segurança Social para trabalhadores independentes	26
4.3.3 Declaração Modelo 10 .....	27
4.4 Efeito do Covid-19 na entidade e nas atividades desenvolvidas .....	28
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO .....	31
5.1 Análise crítica à entidade e atividades desenvolvidas .....	31
5.2 Aplicação dos conhecimentos adquiridos no percurso académico .....	33
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Organograma da Formapico.....	4
Figura 2. Sistemas e subsistemas de Incentivos PO Açores.....	5
Figura 3. Distribuição geográfica de clientes .....	6
Figura 4. Estrutura Conceptual esquematizada .....	11
Figura 5. Lançamento contabilístico de fatura relativa a vendas .....	17
Figura 6. Lançamento contabilístico de fatura relativa a prestação de serviços.....	17
Figura 7. Processo de importação de SAF-T no Eticadata .....	18
Figura 8. Lançamento de Fatura de compras.....	19
Figura 9. Lançamento de Fatura de despesas .....	19
Figura 10. Lançamento de Nota de Crédito.....	20
Figura 11. Lançamento de recibo .....	20
Figura 12. Portal Balcão 2020 .....	24
Figura 13. Portal da Segurança Social Direta.....	27
Figura 14. Análise SWOT da Formapico .....	32

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este relatório é o resultado do estágio realizado no âmbito do 2º ano da especialização em Finanças e Contabilidade do Mestrado de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade dos Açores. O estágio subjacente ao relatório decorreu entre os dias 1 de outubro de 2019 e 31 de agosto de 2020 na empresa Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda., sediada no concelho das Lajes do Pico, sob a orientação, na Universidade dos Açores, do Prof. Doutor João Teixeira e, na empresa, da Senhora Conceição Alvernaz.

Este tem como objetivo apresentar a entidade empresarial onde foi realizado o estágio, bem como todas as tarefas desenvolvidas, efetuando uma análise crítica às mesmas, com o devido enquadramento teórico na literatura. Pretende-se também efetuar a interligação das atividades desenvolvidas com os conhecimentos adquiridos na Licenciatura em Gestão e no Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.

Para além do capítulo da Introdução, o presente relatório compreende ainda cinco capítulos. No capítulo 2, de caracterização da empresa, efetua-se uma apresentação da empresa e da sua estrutura organizacional, enumeram-se as atividades desenvolvidas no âmbito da sua atividade económica, aprecia-se o tipo de clientes e a distribuição geográfica dos mesmos e, por fim, aborda-se a missão, visão e objetivos da entidade.

No capítulo 3, apresenta-se um enquadramento teórico na literatura, mais especificamente sobre a transição do Plano Oficial de Contas para o Sistema de Normalização Contabilística, desenvolve-se o conceito de Estrutura Conceptual e o Normativo Contabilístico para microentidades e, para terminar, avalia-se o impacto da *Internacional Financial Reporting Standarts*.

No capítulo 4, de acordo com os pontos abordados no capítulo 2, relatam-se as principais atividades desenvolvidas no decorrer do estágio, mais concretamente a classificação, arquivo e lançamento de documentação e candidaturas a sistemas de incentivos. São identificadas ainda algumas atividades de carácter pontual, nomeadamente o preenchimento do Relatório Único, o envio das declarações trimestrais dos trabalhadores independentes e o preenchimento da declaração Modelo 10. No final deste capítulo discute-se o impacto da pandemia de Covid-19 na atividade da empresa e no desenvolvimento das atividades do estágio.

No capítulo 5, de análise crítica ao estágio, efetua-se uma análise crítica à empresa e às atividades desenvolvidas no estágio e interpreta-se a interligação entre os conhecimentos adquiridos no percurso académico e as atividades desenvolvidas no estágio.

Por fim, no capítulo de Conclusão, apresentam-se as considerações finais do relatório e efetua-se um trabalho de introspeção e de avaliação da forma como decorreu o estágio e da importância deste no término do percurso académico.

## **CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA FORMAPICO**

Neste capítulo, são abordados alguns temas relacionados com a empresa em questão, nomeadamente a sua apresentação e história, onde se destaca o organograma da mesma, atividades desenvolvidas, tipo de clientes e alcance geográfico e, por fim, missão, visão e objetivos.

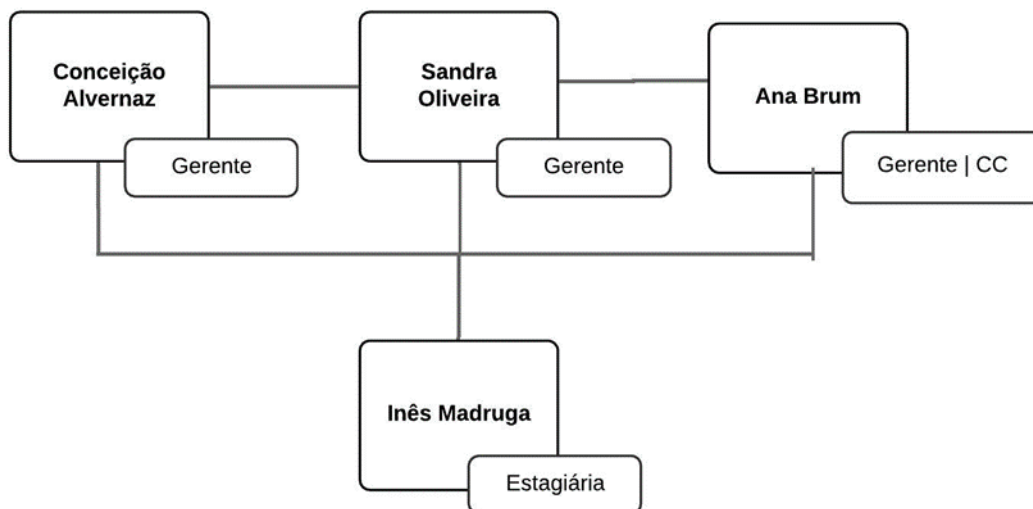
### **2.1 Apresentação e história da Formapico**

A empresa Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda. é uma empresa jovem que opera no ramo da contabilidade. Segundo o exposto na ata n.º 1, datada de dezasseis de abril de dois mil e oito do livro de atas da Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação Unipessoal, Lda., esta teve início de atividade em abril de 2008 por iniciativa do seu único sócio-gerente, Paulo Jorge Medeiros de Sousa, que constituiu, assim, uma sociedade por quotas unipessoal com a Classificação das Atividades Económicas (CAE) 69200 - Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal. Aquando do lançamento da empresa, Paulo contava com uma equipa de quatro pessoas: o próprio, Alexandra Xavier, Contabilista Certificada, Conceição Alvernaz, supervisora do gabinete e Sandra Oliveira, secretária administrativa.

Na 12ª ata expressa no livro de atas consta que, em março de 2017, a sócia Conceição Alvernaz adquire a quota que Paulo Sousa havia colocado à disposição, passando assim a ser única sócio-gerente.

Em abril de 2019, a Formapico passa a ter designação social de Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda., passando a ser designada de sociedade por quotas e contando com a participação de três sócias/gerentes: Conceição Alvernaz, Sandra Oliveira e Ana Catarina Brum. Até ao presente, mantém-se a estrutura organizacional, adotada em abril do ano de 2019, tal como apresentado na Figura 1.

Figura 1. Organograma da Formapico



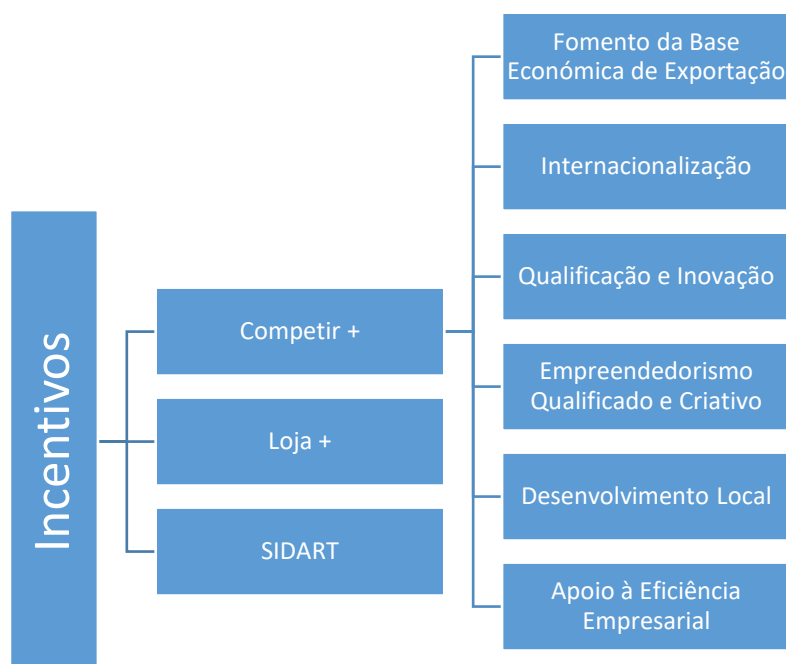
## 2.2 Atividades desenvolvidas

A Formapico é uma empresa que se dedica principalmente à execução da contabilidade de micro e pequenas empresas. Contudo, presta também serviços de consultoria fiscal, auxílio na gestão, processamento de vencimentos e elaboração de projetos de investimento e competitividade.

Desde o momento em que os clientes entregam a sua documentação na sede da entidade estes passam pelo processo de organização e arquivo e, de seguida, procede-se ao lançamento dos mesmos. A periodicidade deste processo depende do regime de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) em que cada cliente se enquadra, mensal ou trimestral.

No que concerne aos projetos, são efetuadas candidaturas no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 (PO Açores 2020), um programa participado pelos fundos estruturais comunitários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE), com execução na Região Autónoma dos Açores, no período de 2014 a 2020, através de três Sistemas de Incentivos, apresentados na Figura 2.

Figura 2. Sistemas e subsistemas de Incentivos PO Açores



Fonte: SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores

A visão estratégica associada a este programa assenta na ambição dos Açores se afirmarem como uma região europeia relevante (Direção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, em portal PO Açores 2020).

Esta é uma atividade recente na entidade, pelo que, até ao momento, apenas foram realizadas quatro candidaturas a projetos de investimento, no âmbito destes apoios comunitários, mais especificamente no Competir +: Desenvolvimento Local e Empreendedorismo Qualificado e Criativo.

### 2.3 Tipo de clientes e alcance geográfico

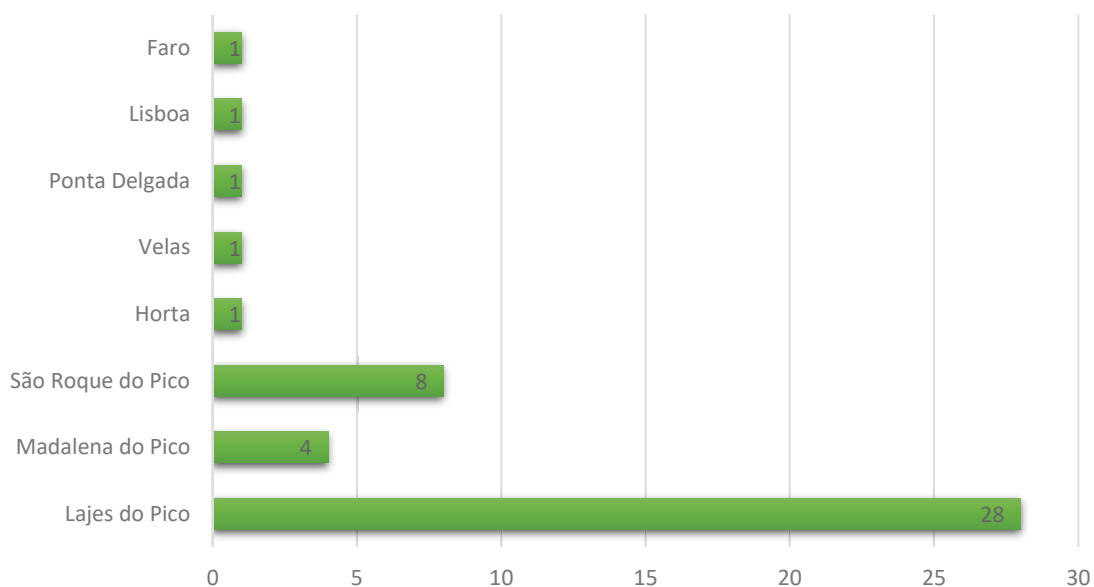
A carteira de clientes da Formapico é bastante diversificada a nível de atividades desenvolvidas. Esta é composta maioritariamente por microempresas, que atuam nas mais diversas áreas, tais como comércio por grosso e a retalho, prestadores de serviços em reparação de veículos e embarcações, restauração, entre outros, e empresários em nome individual, principalmente na área da agricultura e pecuária. No global da sua carteira de clientes, esta apenas apresenta uma empresa certificada pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) com o estatuto de pequena empresa.

Tendo em conta a faixa etária, esta opera com clientes que variam entre os vinte e cinco e os sessenta anos, pelo que se torna necessário adaptar os termos de comunicação

para ultrapassar barreiras relacionadas com as novas tecnologias e com as demais exigências da Autoridade Tributária, bem como apresentar-lhes prazos para que sejam o mais organizados possível e para que toda a informação seja entregue e apresentada com confiança e veracidade, espelhando a real situação da entidade no momento.

A nível de distribuição geográfica, esta presta serviços a empresas dos três concelhos da ilha do Pico, sendo que a maioria é do concelho das Lajes do Pico, onde se situa a sede da Formapico. A carteira estende-se ainda às restantes ilhas do triângulo, São Miguel e ao Continente português, tal como representado na Figura 3.

Figura 3. Distribuição geográfica de clientes



Fonte: Informação interna da Formapico

Segundo a informação fornecida pela senhora Conceição Alvernaz, a tendência tem sido de crescimento no número de clientes, aspeto muito positivo para a empresa e também para a economia, uma vez que a maioria se tratou de clientes que abriram atividade pela primeira vez.

## 2.4 Missão, visão e objetivos

O trio missão, visão e objetivos surge, normalmente, quando se pretende explicar qual o propósito de uma organização, que ações pretende pôr em prática e como planeia alcançar os seus objetivos (Cady, 2011).

Fagiano (1995) compara as pessoas às empresas, dizendo que as pessoas têm personalidades e as empresas possuem culturas. Da mesma forma que as personalidades têm por base valores, as culturas das empresas seguem o mesmo raciocínio, pois são os valores que determinam o que é importante para as pessoas e para as empresas.

A missão e visão têm dois propósitos fundamentais (Klemm, *et al.*, 1991): comunicação interna, externa e motivação (Verma, 2009). A missão tem mais do que o intuito de comunicar unilateralmente com os clientes. Esta serve também para organizar os colaboradores de forma a trabalharem numa só direção e com um objetivo comum.

Mirvis (2010) refere que os conceitos de missão, visão e objetivos podem parecer conceitos antiquados, mas que muitas das empresas consideradas líderes sustentáveis, tal como a Nestlé, dão muita importância no que concerne a esta temática. O autor descreve missão como sendo o propósito da entidade e que este conceito pode ser tripartido: a nível económico, social e na qualidade da missão.

Ao consultar o portal da Formapico pode verificar-se que esta tem como missão “produzir informação contabilística relevante e confiável, oferecendo serviços diferenciados de qualidade. Oferecer um conjunto de serviços que venham ao encontro das necessidades e requisitos legais das empresas, suas clientes”. Desta forma, a entidade pretende transmitir aos seus parceiros que não está apenas preparada para elaborar demonstrações de interesse financeiro e avaliar resultados, mas também para alertar e auxiliar nas mudanças a nível fiscal, junto da Autoridade Tributária, da Segurança Social, e outras entidades.

Mirvis (2010) define também o conceito de visão como sendo o que a entidade pretende atingir no futuro. Mais do que um *slogan*, deve ser o indicador utilizado para definir a direção da estratégia.

A Formapico indica na sua visão que pretende “ser uma empresa de referência em matéria de gestão, contabilidade e formação na ilha do Pico”, de acordo com a informação disponibilizada no seu portal. Esta pretende afirmar-se no mercado através do bom desempenho e admiração por parte dos seus parceiros, de forma própria e de excelência, face aos seus concorrentes.

Por sua vez, os valores são descritos por Mirvis (2010) como algo que não deve ser apenas redigido no papel. Mais do que decidir quais os valores a adotar, as entidades devem tomar medidas para que essa ideologia seja compreendida, adotada e praticada por todos os colaboradores.

A Formapico clarifica no seu portal que os seus objetivos são: clareza, integridade, confiança, conhecimento, criatividade, desenvolvimento empreendedor, espírito de equipa, organização e qualidade.

Em suma, a Formapico caracteriza-se por ser uma empresa jovem, de reduzidas dimensões, mas que, no entanto, pretende, através de uma relação próxima com os clientes, espírito de equipa, contínua aprendizagem, e em resultado destes, um consecutivo bom desempenho, alargar a sua carteira de clientes e destacar-se com o rótulo de excelência em matéria contabilística.

## **CAPÍTULO III – SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICO E AS MICROENTIDADES**

Neste capítulo, apresenta-se a história da contabilidade em Portugal, desde a utilização do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e subsequente transição para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em Portugal. Seguidamente, discute-se a Estrutura Conceptual e Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e, por fim, relata-se a importância da contabilidade nas microempresas.

### **3.1 A contabilidade em Portugal: do POC ao SNC**

Tal como expresso nos objetivos da história da contabilidade, no portal oficial da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e citado pelo Professor Gonçalves da Silva “só podemos perceber a evolução da contabilidade e conhecer bem a contabilidade actual se conhecermos o seu passado”.

Na página da OCC podemos consultar que em 1759, Marquês de Pombal cria o primeiro estabelecimento de ensino oficial em Portugal para o ensino da contabilidade, mas só em 1995, através do Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de outubro, é que o termo Técnico Oficial de Contas (TOC) passa a ser enquadrado como uma atividade profissional. Em 1977, através do Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de fevereiro, entra em vigor o POC e ainda a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Da mesma forma que se pretendia restringir o fator subjetividade e adequar as Demonstrações Financeiras através do POC, em janeiro de 2000 entra em vigor o Código Deontológico, aprovado no ano anterior, por se ter sentido a necessidade de regulamentar e impor regras a todos os profissionais da área. É também no mesmo ano que se realiza a primeira representação permanente da comissão de Técnicos Oficiais de Contas no arquipélago dos Açores.

O ano de 2010 fica marcado pela revogação do POC, após publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. “Trata-se de um corpo de normas coerente com as normas internacionais de contabilidade em vigor na UE e, por outro lado, com as actuais versões das quarta e sétima directivas comunitárias sobre contas, respectivamente, de entidades individuais e grupos de sociedades.” (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho). Houve esta necessidade de se atualizar, tendo em conta a evolução das empresas

portuguesas e conseqüente internacionalização, criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas.

### 3.2 Estrutura Conceptual

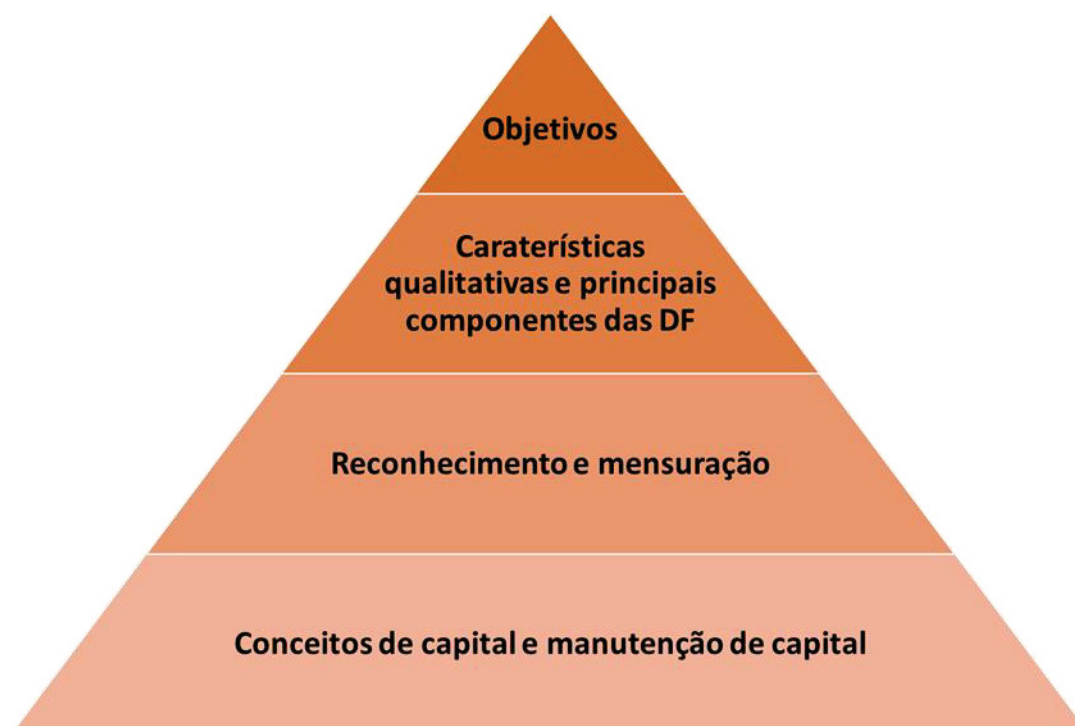
O SNC é um sistema de normalização assente em princípios que têm por base o *International Accounting Standards Board* (IASB), os quais são adotados na União Europeia, aprovados pela Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que determinam os principais instrumentos da mesma. Estes são:

- ✓ Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- ✓ Códigos de Contas (CC);
- ✓ Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
- ✓ Norma Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE);
- ✓ Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL);
- ✓ Norma Contabilística para microentidades (NC-ME);
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

A Estrutura Conceptual constitui um documento autónomo com o propósito de ajudar os preparadores de NCRF, ajudar a formar opinião sobre a aderência das Demonstrações Financeiras às NCRF e ajudar os interessados na interpretação da matéria representada nas Demonstrações Financeiras (parágrafos 2 a 4 do Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro). Clarifique-se que a Estrutura Conceptual não se trata de uma NCRF, mas sim servir de base às mesmas, e que em caso de conflito deverá prevalecer o descrito na Estrutura Conceptual.

Esta pode ser estruturada, esquematicamente, em quatro níveis (Santos, 2002), tal como apresentado na Figura 4.

Figura 4. Estrutura Conceptual esquematizada



Fonte: Adaptado de Santos (2002)

Os objetivos encontram-se descritos no ponto 12 do aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro e sugerem que se possa “proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.”

Quanto às caraterísticas das Demonstrações Financeiras destacam-se quatro: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade. Pretende-se com estas características destacar que a informação descrita nas mesmas deve ser facilmente compreendida por qualquer interessado, deve ser relevante para as tomadas de decisão dos interessados, corresponder à situação real em que a entidade se encontra, livre de erros materiais e preconceitos e ainda deve ser comparável entre todas as entidades da mesma natureza, no mesmo período de tempo. Tal como refere Joaquim Cunha Guimarães, Presidente do conselho Fiscal da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), em Cunha (2007), o conceito de “IVA, Imagem Verdadeira e Apropriada” é um macro princípio contabilístico e refere ainda que “o IVA está para a Contabilidade assim como a Justiça está para o Direito”.

No patamar seguinte da Figura 4 estão os conceitos de Reconhecimento e Mensuração. O processo de Reconhecimento é o processo de incorporar no Balanço e na

Demonstração de Resultados os itens que cumpram com os critérios de Reconhecimento. Estes encontram-se descritos no parágrafo 81 do aviso n.º 25652/2009, de 7 de setembro, o qual informa o leitor que o item só poderá ser reconhecido se “(a) For provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade, e (b) O item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.” Poderão ser reconhecidos ativos, passivos, rendimentos e gastos. Por sua vez, mensurar é o processo de atribuir o valor monetário pelo qual cada elemento será quantificado nas Demonstrações Financeiras. Para tal, existem vários processos de mensuração, nomeadamente o custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente ou justo valor, sendo que, de acordo com o aviso supracitado, a base de mensuração normalmente utilizada pelas entidades é o custo histórico (parágrafo 99).

No parágrafo 100, define-se capital como dinheiro investido, poder de compra investido, ativos líquidos ou Capital Próprio. Estes são os conceitos que normalmente se associam, mas, no entanto, este conceito deve variar consoante o interessado em obter esta informação. Uma vez interessados em valor monetário, de capital e poder de compra investido, estamos perante uma visão de capital nominal. Se, por sua vez, a principal preocupação do utente for a capacidade produtiva, a informação deve ser relatada com um conceito físico de capital.

A Manutenção do capital está ligada à forma como uma entidade define o capital que procura manter e é através destes que se contabiliza o lucro.

### **3.3 O Normativo Contabilístico para microentidades (NC-ME)**

De forma a “evitar níveis de exigência excessiva” (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho), é criada uma norma especificamente para entidades de menor dimensão, que assente nos mesmos princípios base, e que permita simplificar a informação num único documento, adaptado à realidade destas. Desta forma, consagrou-se que empresas de pequena dimensão aplicarão Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Mas, ainda assim, com a publicação do normativo para pequenas entidades, considerou-se que para as microentidades este continuava a ser demasiado exigente. É neste sentido que surge a Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, com o intuito de reduzir a carga administrativa suportada pelas microentidades, ao mesmo tempo que asseguram

aos utilizadores das Demonstrações Financeiras uma informação adequada (Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março). Consideram-se, assim, microentidades aquelas que, à data do Balanço, não ultrapassem dois dos três limites (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho):

- ✓ Total do Balanço: 350 000€;
- ✓ Volume de negócios líquido: 700 000€;
- ✓ Número médio de empregados durante o exercício: 10.

No que concerne à simplificação trazida por este novo regime, destaca-se o facto de estas estarem dispensadas da obrigação de apresentar Demonstrações de Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações de Alterações no Capital Próprio, Anexos e Relatório de Gestão.

### **3.4 Impacto das *International Financial Reporting Standarts***

Os autores Tweedie (2004) e Choi e Meek (1999) enumeram como principais benefícios de harmonização contabilística a diminuição dos custos de recolha de informação e de auditoria, o aumento da comparabilidade financeira e conseqüente aumento da eficiência e maior desenvolvimento dos mercados de capitais.

Segundo Van Der Tas (1988), existia necessidade de se criar uma harmonização contabilística a nível internacional. Esta necessidade era sentida por gestores, investidores, profissionais de contabilidade, auditores e muitos outros.

Cordeiro e Couto (2008) referem que se os mercados fossem totalmente fechados, existiriam tantos sistemas contabilísticos quanto o número de países. Esta inferência recai sobre os estudos de Radebaugh e Gray (1993) e Lawrence (1996), que referem que apesar das semelhanças em alguns países, a contabilidade está sujeita a vários fatores, a nível económico, social, histórico, institucional, legal e cultural.

Por sua vez, Marques (2007) defende que os impactos das IFRS nas Demonstrações Financeiras das empresas portuguesas são positivos, devido à utilização do modelo do Justo Valor, uma vez que este é mais ajustado ao atual contexto contabilístico e empresarial, evidenciando uma influência significativa ao nível da informação contabilística, na medida em que a sua utilização melhora a qualidade da informação.

Costa (2008) concluiu, na sua iniciativa de caracterizar o impacto das IFRS nas Demonstrações Financeiras de empresas cotadas na Euronext Lisboa, que nas rubricas propriedades de investimento, ativos por impostos diferidos, disponibilidades, resultado

líquido do exercício, interesses minoritários, provisões, dívidas a terceiros não correntes, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos, total de passivos não correntes, financiamentos obtidos correntes e passivo total existem diferenças significativas. Este estudo refere que as IFRS conduzem a práticas contabilísticas menos conservadoras.

Importa ainda referir que, tal como salientado por Cordeiro e Couto (2008), o aproveitamento destas novas medidas só fará sentido se puderem ser devidamente compreendidas e interpretadas pelos que lhes darão uso, quer seja na produção ou interpretação da informação financeira. De acordo estão Choi e Meek (1999), que referem também ser inútil o aumento da sofisticação e complexidade contabilística se o nível educacional do país não o permitir.

Deste modo, conclui-se que ainda que com grande diversidade de opiniões, todas elas convergem para a conclusão de que a aplicação das NCRF tem um impacto elevado nas entidades, nomeadamente no incremento da qualidade das suas Demonstrações Financeiras, a nível do aumento da comparabilidade, compreensibilidade e transparência dos Relatórios Financeiros e ainda incremento da qualidade das Demonstrações Financeiras.

## **CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO**

Neste capítulo, são descritas as atividades executadas no decorrer do estágio: classificação, arquivo e lançamento de dados contabilísticos, elaboração de candidaturas a projetos associados a Sistemas de Incentivos e atividades de carácter pontual.

Dada a situação de estado de emergência, declarada pelo Senhor Presidente da República no dia 18 de março através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, inclui-se também uma exposição dos impactos que este teve sobre a continuação do estágio e das suas atividades, mais concretamente no período de 16 de março, data em que se iniciou o regime de teletrabalho na Formapico e 23 de abril, data em que o escritório reabriu e terminou o regime de teletrabalho.

### **4.1 Classificação, arquivo e lançamento de documentação**

O processo de classificação e arquivo de documentos contabilísticos pode ser a tarefa mais ordinária no dia a dia da contabilidade, mas é também a fase mais importante, pois é uma das fases iniciais de todo o processo.

Na Formapico, o processo contabilístico tem início na chegada dos documentos à empresa. Quando os documentos chegam à empresa são devidamente carimbados com a data de receção dos mesmos e, simultaneamente, procede-se à verificação do número de identificação fiscal (NIF) que estes contêm e à data de emissão, para assegurar de que todos os elementos estarão, em princípio, devidamente comunicados à Autoridade Tributária e de que serão reportados no mês devido.

Cada empresa de contabilidade poderá ter o seu processo de organização do arquivo de clientes e trabalhar com diferentes programas da área.

Na Formapico utiliza-se o programa *Enterprise Resource Planning* (ERP) Eticadata, que é uma ferramenta de gestão de empresas, que oferece diversos módulos, sejam eles de vendas, recursos humanos, gestão de fornecedores ou contabilidade, que se adaptam às necessidades de cada entidade, seja ela na área da contabilidade ou outra.

Os diários utilizados no lançamento de documentos são os meses do ano, ou seja, o diário 1 corresponde ao mês de janeiro, o 2 ao mês de fevereiro e assim sucessivamente, o diário de vendas, onde são importados os ficheiros *Standard Audit File for Tax Purposes*, ou como são mais conhecido no vocabulário contabilístico, ficheiros SAF-T ,

com os valores das vendas mensais efetuadas e comunicadas à Autoridade Tributária, através do portal e-fatura, até ao 12.º dia do mês seguinte à data de emissão das faturas. O SAF-T é um ficheiro que tem como objetivo reunir toda a informação fiscal e contabilística de uma empresa durante um determinado período. Este engloba lançamentos contabilísticos de faturas, faturas simplificadas, faturas-recibo, notas de crédito e notas de débito.

Note-se que nem todos os clientes possuem programa informático de gestão, pelo que no caso de faturas emitidas manualmente e em bloco de faturas são também comunicadas à Autoridade Tributária, pelas colaboradoras da Formapico, através do mesmo portal. Neste processo deve verificar-se que a última fatura recolhida tem número anterior à que pretendemos registar, uma vez que estas devem seguir uma ordem crescente de numeração. De seguida, colocam-se o NIF do consumidor, o tipo de fatura e o número, a data de emissão e a taxa de IVA, sendo que se for isenta, deverá colocar-se o motivo da isenção, descrito no Capítulo 2.º “Isenções” do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) e, por fim, o valor total da fatura. Os campos “IVA” e “Base Tributável” são automaticamente calculados. Para terminar este processo, solicita-se que a fatura seja guardada e imprime-se o comprovativo de comunicação da fatura para arquivar na pasta do cliente, na secção de vendas.

Terminada a comunicação das faturas no portal, segue-se o lançamento das vendas no programa ERP Eticadata. Ao entrar neste deve escolher-se a entidade e o exercício em que se pretende trabalhar e, de seguida, seleciona-se “contabilidade” e “introdução de lançamentos”, para introdução do valor das vendas. As Figuras 5 e 6 exemplificam duas faturas e, consequentemente, dois lançamentos de empresários em nome individual que utilizam faturação manual, onde o primeiro efetua vendas e o segundo prestações de serviços.

Figura 5. Lançamento contabilístico de fatura relativa a vendas

eticadata software - ERP PREMIUM | Certificado nº

Admin Base Vendas Compras Financeira Contabilidade Rec. Humanos AutoGest Suite eMedical

Registo Anterior Registo Seguinte Primeiro Registo Último Registo opções avançadas navegação Gravar Alterações Novo Registo operações comuns Repetir Registo Pré-Visualizar Imprimir imprimir Pesquisar Movimentos Editar Anexo DF Saldar Analítica

Web Interface **Introdução de Lançamentos** X

Nº Diário 17 VENDAS

Nº. Mov 3 Data 31-03 2020  Anulado

Documento

Moeda: EUR Data 31-03-2020 Documento FACT

1.000000 36

	Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte
1	1101	Fatura nº 70	150,00			
2	7111114	Fatura nº 70		144,23		
3	243311114	Fatura nº 70		5,77		
4						

Fatura n.º 70 - valor total: 150,00€; incidência: 144,23€; IVA (4%): 5,77€

Figura 6. Lançamento contabilístico de fatura relativa a prestação de serviços

eticadata software - ERP PREMIUM | Certificado nº

Admin Base Vendas Compras Financeira Contabilidade Rec. Humanos AutoGest Suite eMedical

Registo Anterior Registo Seguinte Primeiro Registo Último Registo opções avançadas navegação Gravar Alterações Novo Registo operações comuns Repetir Registo Pré-Visualizar Imprimir imprimir Pesquisar Movimentos Editar Anexo DF Saldar Analítica

Web Interface **Introdução de Lançamentos** X

Nº Diário 17 VENDAS

Nº. Mov 1 Data 31-03 2020  Anulado

Documento

Moeda: EUR Data 31-03-2020 Documento FACT

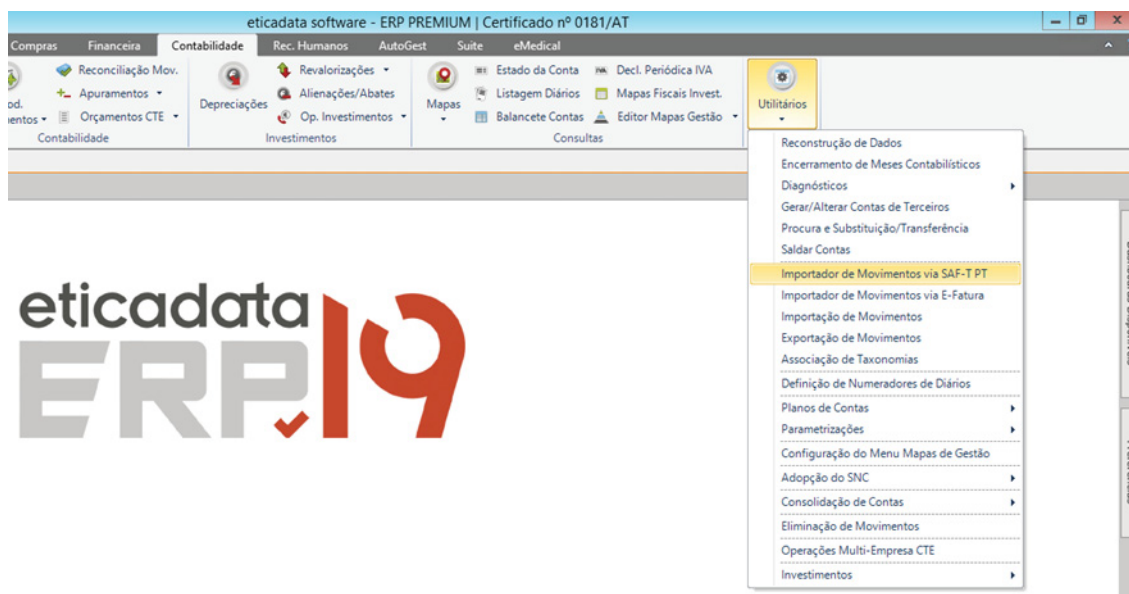
1.000000 1

	Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte
1	1101	Fatura nº53	500,00			
2	7211128	Fatura nº53		423,73		
3	243311128	Fatura nº53		76,27		
4						

Fatura n.º 53 - valor total: 500,00€; incidência: 423,73€; IVA (18%): 76,23€

No caso de a empresa em questão possuir programa informático, do qual pode exportar um ficheiro SAF-T, o processo é mais simples, pois apenas é necessário importar esse mesmo ficheiro no diário de vendas no ano fiscal a que reporta, no ERP Eticadata, tal como apresentado na Figura 7.

Figura 7. Processo de importação de SAF-T no Eticadata



Findo este processo de importação, convém sempre verificar que o valor importado na contabilidade corresponde efetivamente ao valor que foi comunicado no e-fatura à Autoridade Tributária e que está refletido nos mapas de imposto que também são entregues na contabilidade.

Na organização do arquivo, após os mapas de vendas, são colocadas as faturas de compras, as faturas de despesas, seguindo-se os documentos relativos aos Recursos Humanos, sejam eles recibos de vencimento e respetivos documentos de transferência, documentos de pagamento de retenção de Rendimentos sobre Pessoas Singulares (IRS) e da Segurança Social. Por fim, são colocados os documentos relativos a pagamentos e bancos.

Na Figura 8 pretende-se demonstrar o lançamento relativo a uma compra de uma entidade que tem como atividade principal a manutenção e reparação de veículos automóveis. A fatura n.º 21/785 é referente à compra de uma peça para reparação de um veículo automóvel, com data de emissão em 24 de fevereiro de 2020, a um fornecedor com sede na Região Autónoma, ou seja, sujeita à taxa de IVA de 18%.

Figura 8. Lançamento de Fatura de compras

eticadata software - ERP PREMIUM | Certificado nº 0181/AT

Admin Base Vendas Compras Financeira Contabilidade Rec. Humanos AutoGest Suite eMedical Introdução de Lançamentos

Registo Anterior Registo Seguinte Primeiro Registo Último Registo opções avançadas Gravar Alterações Novo Registo Repetir Registo Pré-Visualizar Imprimir Pesquisar Movimentos Valor Líquido Plano Editar Anexo DF Saldar Financeira Saldar Analítica Editar Anexos

Web Interface Extractos Diversos x Introdução de Lançamentos x

Nº Diário 2 FEVEREIRO  
 Nº. Mov 55 Data 29-02 2020  Anulado

Documento  
 Moeda: EUR Data: 24-02-2020 Documento: V/FAC  
 1.000000 91

CONTAB

	Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte	F.C.	Data IVA Caixa	Valor Pe
1	31111028	Fatura nº 21/785	242,47				<input type="checkbox"/>		
2	24321128	Fatura nº 21/785	43,64				<input type="checkbox"/>		
3	3118128	Fatura nº 21/785	3,60				<input type="checkbox"/>		
4	24321128	Fatura nº 21/785	0,65				<input type="checkbox"/>		
5	221110002	Fatura nº 21/785		290,36	FOR.	506676080	<input type="checkbox"/>		

Para efetuar o lançamento, debita-se a conta 3111, com o valor da mercadoria e na 3118 com o valor do transporte da mesma, ambas sujeitas a IVA. A crédito lança-se a conta de fornecedor, que será debitada aquando do pagamento desta mesma fatura.

De seguida, exemplifica-se, na Figura 9, uma fatura de despesas com serviços especializados de um fornecedor da Região Autónoma dos Açores, onde a fatura se encontra sujeita a IVA de 18%.

Figura 9. Lançamento de Fatura de despesas

eticadata software - ERP PREMIUM | Certificado nº 0181/AT

Admin Base Vendas Compras Financeira Contabilidade Rec. Humanos AutoGest Suite eMedical Introdução de Lançamentos

Registo Anterior Registo Seguinte Primeiro Registo Último Registo opções avançadas Gravar Alterações Novo Registo Repetir Registo Pré-Visualizar Imprimir Pesquisar Movimentos Valor Líquido Plano Editar Anexo DF Saldar Financeira Saldar Analítica Editar Anexos

Web Interface Extractos Diversos x Introdução de Lançamentos x

Nº Diário 3 MARÇO  
 Nº. Mov 86 Data 31-03 2020  Anulado

Documento  
 Moeda: EUR Data: 02-03-2020 Documento: V/FAC  
 1.000000 000203

CONTAB

	Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte	F.C.	Data IVA Caixa	Valor P
1	62211128	Fatura nº 56	175,00				<input type="checkbox"/>		
2	24323128	Fatura nº 56	31,50				<input type="checkbox"/>		
3	221110010	Fatura nº 56		206,50			<input type="checkbox"/>		

O lançamento consiste no débito da conta de despesa, ou seja, classe 6, com IVA dedutível e no crédito da conta de fornecedor, com o total da fatura.

Por sua vez, a nota de crédito é um documento de retificação que corrige uma fatura, anulando-a parcialmente ou na totalidade. Emite-se sempre que há necessidade de retificar uma fatura original. Na Figura 10 verifica-se o lançamento de uma nota de crédito relativa a devolução de mercadoria adquirida a um fornecedor com sede no Continente Português.

Figura 10. Lançamento de Nota de Crédito

Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte	F.C.	Data IVA Caixa	Valor F
1 221110043	Nota de Crédito nº4/51	27,63				<input type="checkbox"/>		
2 31721202	Nota de Crédito nº4/51		22,46			<input type="checkbox"/>		
3 24342122	Nota de Crédito nº4/51		5,17			<input type="checkbox"/>		

Debita-se a conta de fornecedor pela totalidade da nota de crédito e credita-se a conta 317- “Devolução de compras”, com o respetivo IVA regularizações a favor do Estado.

Por fim, os recibos, que são documentos emitidos aquando do pagamento das faturas. Na Figura 11, pode verificar-se o lançamento do recibo n.º 120/36, relativo à despesa enunciada na Figura 9.

Figura 11. Lançamento de recibo

Nº Conta	Descrição	Débito	Crédito	Tipo	Nº Contribuinte	F.C.	Data IVA Caixa	Valor F
1 221110010	Recibo nº 120/36	206,50				<input type="checkbox"/>		
2 1212	Recibo nº 120/36		206,50			<input type="checkbox"/>		

Neste caso o pagamento foi efetuado através da conta à ordem, pelo que se credita a conta 12 em contrapartida da conta do fornecedor. No caso de ter sido liquidada em dinheiro seria creditada a conta 11.

No final do lançamento de toda a documentação entregue, verifica-se, através da listagem do e-fatura, se todos os documentos foram realmente entregues ou se algum se encontra em falta, para que se possa solicitar ao cliente, via e-mail.

## **4.2 Candidaturas a Sistemas de Incentivos**

As candidaturas a Sistemas de Incentivos são uma atividade relativamente recente na Formapico, no entanto, tem sido uma área à qual os clientes parecem bastante interessados em aderir.

São várias as etapas que se têm de percorrer até se abrir efetivamente uma candidatura. Primeiramente, entender o que o candidato pretende, conhecer todas as ideias projetadas, ao mais ínfimo pormenor, de forma a que, ao consultar as condições de acesso se consiga perceber se é ou não enquadrável no âmbito do subsistema. Cada medida possui características próprias, critérios de ponderação próprios e ainda majorações próprias, que tornam os subsistemas mais ou menos complexos, com mais ou menos exigências.

A medida com que tive mais contato foi o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial “Competir+”, especificamente com o subsistema de Desenvolvimento Local e o subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação. Estes são subsistemas que visam investimento em ativos reais, ou seja, a aquisição de bens corpóreos, tais como máquinas e edifícios.

Antes de abrir uma candidatura, com recurso à ferramenta de avaliação de projetos de investimento, disponibilizada pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), elabora-se um estudo de mercado para verificar a viabilidade do projeto. Esta é a parte árdua do trabalho de avaliação de investimentos, onde se efetuam previsões futuras com base em dados históricos. Estimam-se, com base em balancetes de um determinado período, a previsão de volume de negócios para o ano de candidatura, tendo em conta os efeitos positivos do investimento, o valor previsto dos fornecimentos e serviços externos, custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas e gastos com pessoal.

Na fase terminal têm-se em conta alguns critérios quantitativos básicos, entre eles o Valor Atual Líquido (VAL), a Taxa Interna de Rendibilidade (TIR), Prazo de Recuperação do Capital (PRC) ou *Payback Period*. Estes são alguns dos indicadores que permitirão considerar um investimento financeiramente viável ou não (Matias, 2015).

Citando Matias (2015), “associados a um investimento há sempre fluxos financeiros (cash-flows) positivos e negativos que genericamente podemos agrupar em três grandes tipos”:

- ✓ *Cash-Flows* de Investimento (CFI): Resultantes das atividades de investimento, tais como compras de equipamentos e edifícios, originando sempre fluxos negativos, ou seja, saídas de dinheiro;
- ✓ *Cash-Flows* de Exploração (CFE): Resultantes das atividades de exploração, ou seja, de um modo mais simples são as receitas e despesas geradas, tais como vendas de produtos ou mercadorias e gastos com pessoa, que deste modo podem ser positivos ou negativos;
- ✓ Valor Residual ( $V_r$ ): Fluxo associado ao fim da vida útil do investimento, podendo ser positivo ou negativo, consoante sejam receitas ou despesas e só ocorre no fim da vida útil do investimento.

O cálculo do VAL não é nada mais do que a atualização de todos estes *Cash-Flows* (CF) anteriormente mencionados, para o momento zero. A fórmula do VAL pode ser apresentada da seguinte forma algébrica, onde  $CF_0$  representa o *cash-flow* no momento 0,  $n$  é o número de períodos a considerar,  $t$  representa cada período,  $CF_t$  o *cash-flow* em cada período de tempo e  $i$  é a taxa de atualização a considerar:

$$VAL = -CF_0 + \sum_{t=1}^n CF_t(1 + i)^{-t} \quad (1)$$

O investimento será economicamente viável sempre que o  $VAL > 0$ , ou seja, deverá ser executado (fluxos positivos > fluxos negativos).

No caso do  $VAL < 0$ , o investimento não é economicamente viável, pelo que não deverá ser executado. (fluxos negativos > fluxos positivos) Em teoria, pode acontecer que o VAL seja nulo, ou seja, igual a zero. Nesse caso é indiferente realizar ou não o investimento, sendo que se espera que o retorno seja nulo.

Quando o  $VAL = 0$ ,  $i =$  Taxa Interna de Rendibilidade (TIR), ou seja, a TIR é a taxa à qual o valor atual de todos os fluxos positivos é igual ao valor atual de todos os fluxos

negativos. De um modo sintético, a TIR representa a taxa máxima de rentabilidade do investimento. Pode representar-se segundo a seguinte expressão algébrica:

$$\sum_{t=0}^n CF_t(1 + TIR)^{-t} = 0 \quad (2)$$

Esta não representa por si só um critério de decisão. Só poderá conduzir a uma decisão quando comparada com uma taxa de referência, que normalmente é o Custo de Oportunidade de Capital (COC). Quando superior a essa taxa deverá concretizar-se o investimento e quando inferior não deverá concretizar-se. O COC representa a rentabilidade que o investidor obterá caso tivesse investido em outro investimento.

Uma vez falando em rentabilidade, é importante clarificar dois conceitos básicos e que se encontram sempre juntos em avaliação de investimentos: Risco e Rentabilidade.

Estes são os conceitos básicos e podemos concluir que evoluem no mesmo sentido, ou seja, quanto maior for a rentabilidade, mais exposto ao risco está o investidor e quanto menor a rentabilidade, menor exposição ao risco.

Chama-se Prazo de Recuperação de Capital, Prazo de Recuperação do Investimento ou *Payback Period* ao tempo necessário para que todo o investimento efetuado seja recuperado, ou seja, trata-se do período de tempo decorrido até que os *cash-flows* acumulados de exploração igualem os *cash-flows* de investimento. Deste modo, o PRC será o prazo  $x$ , tal que:

$$\sum_{t=1}^x CFE_t + Vr = \sum_{t=0}^{n-1} CFI_t \quad (3)$$

Matias (2015) chama à atenção para o facto de que esta fórmula não reporta os capitais considerados ao mesmo momento, pelo que, desta forma, se ignora um conceito básico das Finanças, o valor temporal do dinheiro.

Neste caso, considerando valores reais e atualizados a um determinado momento, neste caso específico ao momento zero, pode representar-se o PRC no momento  $x$ :

$$\sum_{t=0}^x CF_t(1 + i)^{-t} = 0 \quad (4)$$

Ainda assim, este é um critério que não tem grande relevância no seu uso individual, pois apenas nos permite perceber o tempo até que se recupere todo o capital investido. No entanto, este pode tornar-se muito útil quando utilizado como critério de desempate, na escolha entre dois projetos alternativos.

Findo o processo de estudo de mercado, análise dos indicadores anteriormente mencionados e determinada a viabilidade económica do projeto, cria-se um acesso no portal “Balcão 2020” e elabora-se o pedido de abertura de candidatura.

Posteriormente, é necessário elaborar o dossier do projeto, onde se prepara um relatório, que incluem esclarecimentos sobre a atividade da entidade tais como produtos e serviços que têm para oferecer e quais os efeitos positivos esperados para a Região com a elaboração de determinado projeto. De seguida é preparado um texto onde se esclarece sobre a elegibilidade dos investimentos e o porquê da necessidade de auxílio. Por fim, elabora-se uma análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (*strengths, weaknesses, opportunities and threats* - SWOT) e definem-se claramente os objetivos e missão estratégica da entidade promotora. Estes indicadores são fundamentais para a pontuação do projeto, pois são eles que clarificam se a entidade está preparada estruturalmente, quais as suas ambições e se o projeto trará benefícios para a região.

O “Balcão 2020”, representado na Figura 12, é o portal onde se tratam todos os aspetos da candidatura e onde se estabelece a comunicação entre a Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC) e o promotor do projeto.

Figura 12. Portal Balcão 2020

The screenshot displays the Balcão 2020 portal interface. At the top, the browser address bar shows the URL: [http://incentivos.drace.azores.gov.pt/CompetirMais/Balcao/app/pg\\_bcmais.php](http://incentivos.drace.azores.gov.pt/CompetirMais/Balcao/app/pg_bcmais.php). The page header includes the text "PROJETO".

Below the header, there are several input fields for project information:

- Nº PROJETO COMPETIR+:** 14
- Nº UNIVERSAL PROJETO:** ACORES-03-0954-FEDER-100862
- MEDIDA:** DL1
- PROMOTOR:** 508 UNIPessoal LDA

On the left side, there is a sidebar menu with the following options:

- Operações
- Termo de Aceitação
- Pedidos de Pagamento
- Alteração ao projeto
- Pedidos de Desistência

The main content area is titled "Situação do projeto" and contains a "MENSAGENS" section with a list of messages:

Data	Assunto
2020-04-09 15:33:50	Comunicação de autorização de pagamento
2020-03-21 23:47:54	Pedido de esclarecimento Análise PP nº 1
2019-11-21 10:32:46	Notificação da proposta de decisão
2019-10-04 11:47:14	Pedido de esclarecimento Análise nº 5
2019-09-09 16:02:15	Pedido de esclarecimento Análise nº 4
2019-08-20 15:44:49	Pedido de esclarecimento Análise nº 3
2019-04-26 11:43:18	Pedido de esclarecimento Análise nº 2
2019-04-08 10:41:21	Pedido de esclarecimento Análise nº 1
2019-03-19 14:46:23	Notificação de não conformidade do dossier de candidatura.
2019-03-04 10:28:31	Notificação de não conformidade do dossier de candidatura.

Após a submissão da candidatura irão surgir, tal como constatável na Figura 12, pedidos de esclarecimento por parte das entidades competentes na avaliação dos projetos. Quando comunicada a pontuação do projeto, com base nos critérios de ponderação de cada medida, é possível aceitar ou pedir nova apreciação, com as eventuais justificações ao novo pedido de avaliação.

Após comunicada a intenção de aceitar, procede-se à assinatura do Termo de Aceitação, também disponibilizado no Balcão 2020.

Por fim, nos pedidos de pagamento, são comunicadas as faturas dos fornecedores, respetivos comprovativos de pagamento e extratos bancários da conta criada apenas para esse fim, num formulário disponibilizado novamente no Balcão 2020. Todos os documentos devem ser carimbados com um carimbo próprio, indicativo do subsistema, assinados e marcados com o número do lançamento na contabilidade.

### **4.3 Atividades pontuais**

Além de todas as atividades anteriormente mencionadas, participei também no tratamento de algumas atividades de carácter pontual. Entre elas a preparação do Relatório Único, que deveria ser entregue no período compreendido entre 15 de fevereiro a 15 de março, mas que, no entanto, se prorrogou o prazo para 31 de outubro, tendo em conta o período de pandemia vivido em Portugal.

Além desta também trabalhei na Declaração Trimestral de rendimentos de trabalhadores independentes, que deve ser efetuada até ao último dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

Outra das atividades pontuais em que também participei foi a entrega do Modelo 10, onde se declaram os rendimentos sujeitos a imposto, isentos e não sujeitos, que não sejam ou não devam ser declarados na Declaração Mensal de Remunerações (DMR).

#### **4.3.1 Relatório Único**

No período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2020 decorria a submissão do Relatório Único. Este é devido por todos os empregadores, exceto entidades que tenham ao seu serviço trabalhadores domésticos ou entidades que, sem contabilidade organizada, tenham ao seu serviço trabalhadores rurais ou da pesca.

O Relatório Único é um relatório eletrónico que descreve e pormenoriza a atividade social da empresa, relativamente a um ano em particular. Trata-se da apresentação da informação referente ao ano anterior de atividade, por parte do empregador, ao serviço competente do ministério responsável pela área laboral. Permite a identificação do empregador, dos seus estabelecimentos, volume de negócios, pessoas ao serviço, filiação sindical, prestação de trabalho suplementar, recurso a trabalhadores temporários e a prestadores de serviços.

Este relatório é composto por sete anexos:

- ✓ Anexo 0: Folha de rosto, onde estão os dados que identificam a entidade;
- ✓ Anexo A: Quadros de Pessoal;
- ✓ Anexo B: Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores;
- ✓ Anexo C: Relatório Anual da Formação Contínua;
- ✓ Anexo D: Relatório Anual de Atividades do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho;
- ✓ Anexo E: Greves;
- ✓ Anexo F: Prestadores de Serviço (de carácter facultativo).

#### **4.3.2 Declaração trimestral da Segurança Social para trabalhadores independentes**

O Decreto-Lei n.º 2/2018, de 9 de janeiro veio introduzir algumas alterações no Código Contributivo no âmbito do Regime dos Trabalhadores Independentes, com entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

As entregas deverão ocorrer até ao último dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro. A base de incidência contributiva mensal corresponde a 1/3 do rendimento relevante apurado em cada período declarativo e o rendimento relevante do trabalhador independente é determinado com base nos rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores ao mês da declaração trimestral, nos seguintes termos:

- ✓ 70% do valor total de prestação de serviços;
- ✓ 20% dos rendimentos associados à produção e venda de bens;
- ✓ 20% sobre a prestação de serviços no âmbito de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas, e que o declarem fiscalmente como tal.

O trabalhador independente deverá, previamente, efetuar o seu registo, obtendo uma senha que lhe permitirá ter acesso à sua área online da Segurança Social, que deverá parecer-se com o que se observa na Figura 13. A entrega consiste no apuramento do

rendimento relevante e introdução do mesmo, por mês, na quadricula devida no portal da Segurança Social Direta.

Figura 13. Portal da Segurança Social Direta

Preencha os rendimentos obtidos no 1º trimestre de 2020

	janeiro	fevereiro	março
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendimentos obtidos no estrangeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Total de rendimentos no trimestre:

Passo anterior      Limpar rendimentos      Próximo passo

Antes de entregar a declaração, o trabalhador independente tem direito de opção, podendo escolher contribuir com redução até 25% (em intervalos de 5%), face à contribuição apurada ou contribuir com valor superior à contribuição apurada, até 25% (com intervalos de 5%).

No caso de não ter obtido rendimentos nos meses que está a declarar, o trabalhador independente estará sujeito ao valor mínimo a pagar de 20 euros.

### 4.3.3 Declaração Modelo 10

A declaração Modelo 10 destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, isentos e não sujeitos, que não sejam ou não devam ser declarados na Declaração Mensal de Remunerações, auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes no território nacional, bem como as respetivas retenções na fonte.

A entrega deste modelo consiste em efetuar o download da aplicação Modelo 10 no Portal das Finanças e preencher a mesma com os dados relativos ao ano anterior ao de preenchimento, até ao dia 10 de fevereiro.

Os rendimentos a considerar são os rendimentos da categoria A que não estejam espelhados na DMR, rendimentos das categorias B, E, F e G, sujeitos a retenção na fonte, e rendimentos da categoria H.

De referir que eu fui apenas responsável pelo pré preenchimento da declaração, sendo a verificação e submissão da responsabilidade da responsável pelo estágio.

#### **4.4 Efeito do Covid-19 na entidade e nas atividades desenvolvidas**

Declarou-se no dia 18 de março de 2020, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Tal como referido no diploma “Portugal não se encontra imune a esta realidade” e dado a situação vivida nesse período, as empresas foram obrigadas a suspender atividade ou a adaptar-se.

Anteriormente à data do diploma, a Formapico já havia tomado medidas e implementado o regime de teletrabalho. A partir do dia 16 de março de 2020 as deslocações ao escritório da empresa eram feitas por apenas uma pessoa de cada vez, com as medidas de higiene sugeridas pela Autoridade de Saúde Regional e apenas quando estritamente necessário.

O contato com os clientes manteve-se apenas via telemóvel e e-mail. As questões colocadas pelos clientes chegavam às dezenas e, por esse motivo, foi elaborado um documento, enviado aos mesmos, com as principais medidas de apoio às entidades, para que se pudesse transparecer que não se encontravam desamparados, criando uma sensação de segurança e controlo da situação, num momento tão difícil e com grandes preocupações a todos os níveis, principalmente a nível económico. Os projetos que estavam a ser desenvolvidos estagnaram e os prazos de entrega foram estendidos.

O contato entre colegas de trabalho manteve-se e revelou-se imprescindível, num momento em que todos duvidavam, questionavam e estavam mais propícios a perder a calma e o controlo, face à situação vigente.

Além do trabalho desenvolvido durante o período laboral, assistiam-se às reuniões livres da OCC, onde eram esclarecidas questões, também para amparar e auxiliar os profissionais em matéria de contabilidade. A Senhora Bastonária da Ordem dos Contabilistas referiu numa das suas intervenções que, de momento, encontravam-se na linha da frente médicos e enfermeiros, mas que quando esta guerra biológica contra um

inimigo invisível terminasse, iriam ser os contabilistas a estar na linha da frente, numa nova guerra, uma dura crise económica. As sessões abertas tinham função de formação, para uma situação pontual e para a qual nenhum profissional se encontrava preparado para enfrentar.

De referir que durante este período foram comunicadas, através do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, e com base no Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, catorze medidas extraordinárias de apoio imediato aos trabalhadores e às empresas:

1. Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em empresa em situação de crise empresarial, com ou sem formação (*Layoff* Simplificado);
2. Complemento Regional de Manutenção ao Contrato de Trabalho (Complemento ao *Layoff* Simplificado);
3. Apoio extraordinário aos Membros de Órgãos Estatutários;
4. Apoio excecional à família dos Trabalhadores por Conta de Outrem;
5. Subsídio por doença por Isolamento Profilático;
6. Criação de plano extraordinário de formação;
7. Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora;
8. Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa;
9. Apoio Excecional à família para Trabalhadores Independentes;
10. Apoio Extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente;
11. Diferimento do pagamento de contribuições para trabalhadores independentes;
12. Medida Extraordinária de Incentivo à Atividade Profissional;
13. Apoio a Situações de Desproteção Social de Trabalhadores Independentes;
14. Medidas de assistência a filhos e netos.

Além das atividades mencionadas, prestei apoio em outras atividades, tais como entregas periódicas de IVA, preparação e elaboração de um plano de contas, atendimento ao público e elaboração de pedidos de apoio na Segurança Social e no Portal do Emprego, face ao período de pandemia vivido.

Com a declaração do Estado de Emergência, as atividades do estágio sofreram algumas alterações, sendo de início apenas possível efetuar algum arquivo e lançamento de documentação e entrega das Declarações Trimestrais do mês de abril, uma vez que sem a supervisão e auxílio da responsável pelo estágio não era de todo fácil manter a

normalidade das atividades. Findo o período do Estado de Emergência Nacional, as atividades voltaram a decorrer normalmente e prestei, nesse período, auxílio na preparação para os fechos do ano e no preenchimento do Modelo 22 do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e novamente auxiliei também o arquivo e lançamento de documentos para a entrega periódica do IVA.

## **CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO**

Neste capítulo, realiza-se uma análise crítica à entidade responsável onde se realizou o estágio e às atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo. Procede-se ainda à discussão da ligação entre os conhecimentos adquiridos na licenciatura em Gestão, no primeiro ano do mestrado e no estágio.

### **5.1 Análise crítica à entidade e atividades desenvolvidas**

A Formapico é uma empresa bem consolidada e no decorrer do estágio aumentou a sua carteira de clientes, sendo este um ponto bastante positivo a nível de satisfação no decorrer do estágio.

Além do aumento do número de clientes, ocorreu também o aumento do número de projetos a desenvolver no âmbito dos fundos comunitários europeus, sendo que desde o início do estágio foram solicitadas sete candidaturas, terminando com quatro aprovadas e três ainda em processo de análise.

Tendo em conta que o mercado é cada vez mais competitivo, considera-se a Formapico uma empresa com espírito empreendedor e inovador, essencialmente pela iniciativa da Senhora Conceição Alvernaz, que tem, dia após dia, extrema vontade de melhorar as práticas da Formapico a todos os níveis.

Outro ponto a ressaltar positivamente é a organização e divisão de trabalho. Todas as atividades estão bem organizadas e, desta forma, o trabalho também o é.

A nível de aspetos negativos a salientar está o facto de o programa ERP Eticadata, ser utilizado remotamente, o que por vezes dificulta o trabalho, pelo tempo que demora na execução de determinada tarefa. Uma das possibilidades para melhorar este aspeto negativo seria utilizar um programa não remoto. Além deste ponto, considero também importante corrigir algumas lacunas a nível do plano de contas, pois ao auxiliar na preparação dos fechos do ano de 2019, apercebi-me que algumas contas necessitam de desdobramento.

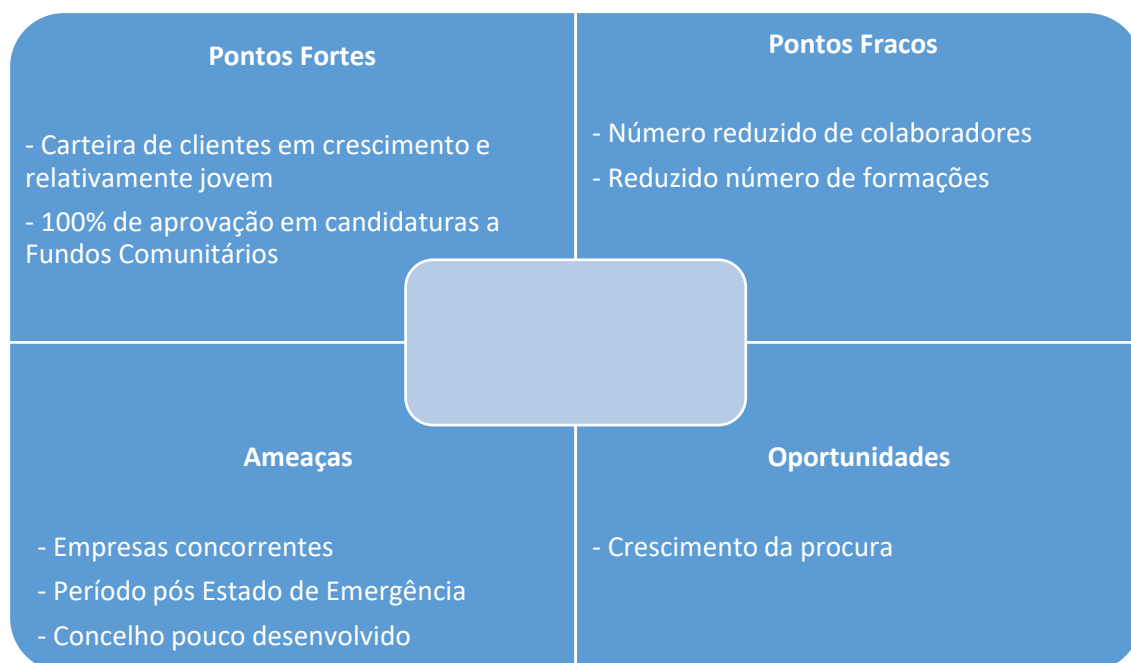
No que concerne a conceitos importantes e mencionados por diversas vezes no percurso académico, tais como estrutura organizacional, coordenação de atividades, meios físicos, humanos, comunicação e liderança, considero que se encontram adequados e funcionais, tendo em conta que se trata de uma equipa pouco numerosa, estes conceitos são explorados de uma forma muito natural.

Após o estágio, afirmo que a missão e visão da Formapico se encontram adequados e refletem a realidade desta empresa. Todo o trabalho é elaborado a pensar em auxiliar as empresas no seu dia a dia, mesmo nas situações mais complicadas, como foi o período de início de pandemia e declaração de Estado de Emergência.

Nos objetivos saliento, além do desenvolvimento empreendedor e organização, o espírito de equipa e a relação próxima com o cliente.

Posto isto, realizou-se uma análise que visa identificar os pontos fortes e fracos a nível interno e as ameaças e oportunidades a nível externo, o que se designa por análise SWOT e que se encontra representada na Figura 14.

Figura 14. Análise SWOT da Formapico



A Formapico é uma empresa que apresenta um grande número de clientes relativamente jovens e que preveem aumento das suas atividades, bem como expansão para outras áreas de mercado, o que constitui para esta um ponto forte e uma oportunidade de crescimento no futuro. Além deste, o facto de todos os projetos de investimento a Fundos Comunitários terem sido aprovados constitui um ponto forte, pois é uma atividade recente na Formapico e que poderá trazer mais valias no futuro próximo.

O nível reduzido de colaboradores pode ser, por vezes, um ponto favorável, mas, no entanto, pode, por vezes, ser visto como um ponto fraco, pois poderia ser disponibilizado mais tempo a cada cliente e com a falta de disponibilidade e tempo por parte dos colaboradores torna-se uma tarefa árdua.

O facto de as formações serem realizadas na ilha vizinha, ilha do Faial, e os transportes entre estas serem reduzidos, faz com que, muitas vezes, os contabilistas da ilha do Pico fiquem prejudicados e não consigam permanecer o tempo completo nas mesmas, constituindo, assim, também para a entidade um ponto fraco.

Apesar de só existir outra empresa de contabilidade no concelho das Lajes do Pico, constituindo assim uma oportunidade para a empresa, este é o concelho menos desenvolvido a nível de ilha, o que concerne uma ameaça para a Formapico. O facto de se viver em 2020 um período de pandemia e receção económica constitui também uma grande ameaça, uma vez que, apesar das empresas de contabilidade continuarem a ter trabalho, as empresas encontram-se em situações delicadas a nível económico.

## **5.2 Aplicação dos conhecimentos adquiridos no percurso académico**

Mais próximo do final deste percurso, tornou-se mais fácil compreender o porquê de todas as unidades curriculares estarem incluídas no plano de estudos da licenciatura em Gestão e na área de especialização de Finanças e Contabilidade do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais. Todas essas competências, mais numéricas ou mais sociais, acabaram por ser fundamentais no desenvolvimento do estágio, bem como na vida pessoal, trazendo profundos benefícios.

A unidade curricular de contabilidade, sendo a base do estágio, foi imprescindível, nomeadamente em Contabilidade I, os capítulos de princípios e conceitos fundamentais, convergência contabilística, meios financeiros líquidos e inventários e fornecedores, onde foram lecionados os conceitos utilizados na contabilização de custos e compras.

Em Contabilidade II, de destacar o capítulo de operações de final do período e o de Demonstrações Financeiras, extremamente úteis no trabalho de fechos do ano de 2019 e na interpretação de Balanços e Demonstrações de Resultados.

A Fiscalidade, por estar, de certa forma, ligada à contabilidade, no dia a dia e no decorrer do estágio, principalmente no período de abril a junho no decorrer das entregas da declaração Modelo 3 de Imposto IRS, um dos principais capítulos lecionados e colocados em prática nesta área curricular. Neste foram compreendidos conceitos como coleta, deduções à coleta, taxas de IRS e todo o processo e cálculos que são automaticamente efetuados no portal das finanças.

No primeiro ano de licenciatura destaco também a unidade curricular de Matemática Aplicada, nomeadamente os conhecimentos sobre taxas de juro, planos prestacionais e suas modalidades e Avaliação de Investimentos, conceitos espelhados nos capítulos de Liquidação de Empréstimos e de Noções Básicas de Avaliação de Investimentos. Estes conhecimentos são aplicados sempre que é necessário contabilizar uma prestação, ou seja, compreender o que se trata de amortização de capital e que deverá ser contabilizado numa conta 25 e o que se refere a juros, imposto de selo e comissões, e deve ser contabilizado numa conta 69.

A nível de Recursos Humanos é essencial saber lidar com o cliente, explicar em linguagem corrente o que muitas vezes não é compreendido pelos mesmos em termos contabilísticos, alertar, aconselhar e ganhar a sua confiança. Este foi um desafio no decorrer do estágio: ganhar a confiança do cliente, sendo estagiária. Além da relação colaborador-cliente, a relação entre colegas – sempre citado desta forma pelas sócias da empresa – onde o trabalho sobre a Comunicação e as suas formas, realizado na unidade curricular de Comportamento Organizacional, no âmbito do mestrado, trouxe inúmeros conhecimentos e mais valias na minha forma de comunicar.

A Unidade Curricular de Avaliação de Projetos, do 3º ano da licenciatura, foi também uma unidade curricular essencial e que me forneceu importantes conhecimentos no que concerne ao desenvolvimento dos projetos elaborados, merecendo destaque os capítulos de estudo de mercado, o de critérios de avaliação e o de análise de sensibilidade e risco. Além destes, que forneceram importantes conhecimentos teóricos na avaliação de investimentos, merece destaque aquele que foi o mais exigente dos trabalhos em toda a licenciatura, que consistiu na criação de uma empresa do setor industrial.

No mestrado, destacou-se a unidade curricular de Análise e Relato Financeiro, nomeadamente o capítulo de interpretação e análise das Demonstrações Financeiras, onde aprendi como interpretar elementos tais como o Balanço e Demonstração de Resultados e o capítulo de Informação Contabilística e Estrutura Conceptual, onde analisamos e interpretamos a maioria das NCRF, úteis em todos os momentos em que se estão a lançar documentos, ou seja, a reconhecer algo.

Os conceitos de Missão, Visão e Objetivos foram introduzidos na licenciatura, nomeadamente na unidade curricular de Introdução à Gestão e mais tarde no mestrado consolidaram-se estes mesmos conceitos na unidade curricular de Gestão Estratégica.

## CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Este relatório é o resultado do estágio realizado no âmbito do 2º ano da área de especialização em Finanças e Contabilidade do Mestrado de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade dos Açores.

O estágio tinha como objetivo principal compreender os princípios contabilísticos, mais concretamente aqueles que são dirigidos às microentidades, utilizando os conhecimentos teóricos adquiridos na Licenciatura em Gestão e no 1º ano de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais e, aplicando-os na sua forma mais prática e quotidiana. Visava igualmente desenvolver capacidades essenciais em qualquer área laboral, tais como capacidades de comunicação e interpretação.

No segundo capítulo, procedeu-se à caracterização da empresa, destacando-se que desde 2008 a Formapico é uma entidade que labora na área da contabilidade, serviços de consultoria fiscal, auxílio na gestão e processamento de vencimentos. Recentemente, iniciou também a elaboração de projetos de investimento e competitividade.

No terceiro capítulo, analisou-se a alteração do Plano Oficial de Contas para o Sistema de Normalização Contabilística, bem como a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro e o impacto advindo da introdução das *International Financial Reporting Standards*. Ainda que exista uma grande diversidade de opiniões, a maioria aponta como aspetos positivos o aumento da comparabilidade, compreensibilidade e transparência dos Relatórios Financeiros e, ainda, o incremento da qualidade das Demonstrações Financeiras.

No quarto capítulo, foram enumeradas as diversas atividades desenvolvidas no decorrer do estágio, nomeadamente o arquivo e lançamento de documentação, o desenvolvimento de projetos de investimento e algumas atividades de cariz pontual, tal como a entrega da declaração trimestral da Segurança Social para trabalhadores independentes, o preenchimento do relatório Único e da declaração Modelo 10. Efetuou-se também uma explicação de como continuaram a decorrer as atividades do estágio durante o período em que o país se encontrou em Estado de Emergência Nacional. A nível geral, todas as atividades foram desenvolvidas com sucesso, contando sempre com o apoio da responsável pelo acompanhamento do estágio na empresa.

No quinto capítulo, desenvolveu-se, primeiramente, uma análise crítica à empresa acolhedora do estágio, efetuando-se uma análise SWOT, onde se avaliaram os seus pontos

fortes e fracos e as suas oportunidades e ameaças. A nível geral, verificou-se que a Formapico é uma empresa bem constituída para o número de clientes que possui, mas que, no entanto, pelo fenómeno de insularidade e por ter sede num concelho pouco desenvolvido, não tem acesso a um grande número de formações. Apesar disso, foi notória uma tendência crescente no número de clientes desde o início do estágio, sendo que este ponto positivo está associado ao facto de recentemente se terem começado a desenvolver projetos de investimento a fundos comunitários. A nível de aspetos negativos, destaca-se o facto de o trabalho ser efetuado num programa remoto, o que por vezes dificulta o trabalho por ser demasiado lento. Além deste, foi perceptível no trabalho dos fechos de 2019 a necessidade de se desdobrarem algumas contas, nomeadamente, a conta de despesas com reparação e conservação. Seria facilitador se fosse criada uma conta lançadora, com as despesas com automóveis ligeiros de passageiros. Desta forma, no preenchimento das tributações autónomas seria mais fácil consultar o valor espelhado e evitava-se a consulta de todos os documentos relativos a essa despesa, novamente. Por fim, ainda no capítulo de análise crítica, analisaram-se as interligações entre os conceitos e competências adquiridas na licenciatura e no mestrado e as tarefas realizadas neste estágio. Estes conceitos e competências foram adquiridas essencialmente nas unidades curriculares de Contabilidade I e II, Avaliação de Projetos, Introdução à Gestão e Comportamento Organizacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aviso n.º 15652/2009 de 7 de setembro. *Diário da República n.º 173/2009, Série II de 2009-09-07*. Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria-Geral. Disponível no portal: [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/1720117/details/maximized?p\\_p\\_auth=i6wRr1Fc](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/1720117/details/maximized?p_p_auth=i6wRr1Fc)
- Cady, S., Wheeler, J., Brodke, M. & Wolf, J. (2011). Mission, vision, and values: What do they say? *Organization Development Journal*, 19, 63-78.
- Choi, F., & Meek, G. (1999). *International Accounting*. New Jersey, Prentice Hall.
- Cordeiro, R., & Couto, G. (2008). O estado da arte na convergência contabilística internacional, *Working Paper Series*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Costa, J. I. P. (2011). *O Impacto da Adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das Empresas Cotadas na Euronext Lisboa*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto.
- Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março. *Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18*. Presidência da República. Disponível no portal: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>
- Decreto-Lei 265/95 de 17 de outubro. *Diário da República n.º 240/1995, Série I-A de 1995-10-17*. Ministério das Finanças. Disponível no portal: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/668706/details/maximized>
- Decreto-Lei 36-A/2011 de 9 de março. *Diário da República n.º 48/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-03-09*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Disponível no portal: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/647296/details/normal?l=1>
- Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março. *Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13*. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível no portal: <https://dre.pt/home/-/dre/130243053/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de janeiro. *Diário da República n.º 17/2015, Série I de 2015-01-26*. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Disponível no portal: <https://dre.pt/home/-/dre/66325237/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. *Diário da República n.º 158/2009, Série I de 2009-07-13*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Disponível no portal: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/158/2009/07/13/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei n.º 2/2018 de 9 de janeiro. *Diário da República n.º 6/2018, Série I de 2018-01-09*. Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Disponível no portal: <https://dre.pt/home/-/dre/114484243/details/maximized>

Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de fevereiro. *Diário da República n.º 31/1977, 2º Suplemento, Série I de 1977-02-07*. Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças. Disponível no portal: <https://dre.pt/home/-/dre/221746/details/maximized>

Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. *Diário da República n.º 106/2015, Série I de 2015-06-02*. Ministério das Finanças. Disponível no portal: [https://dre.pt/home/-/dre/67356342/details/maximized?p\\_auth=9EO9pidC](https://dre.pt/home/-/dre/67356342/details/maximized?p_auth=9EO9pidC)

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia*. Disponível no portal: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0034&from=EN>

Fagiano, D. (1995). Value is as value does: Values statement for the American Management Association. *Management Review*, 84(7), 5-5.

Formapico – Contabilidade, Gestão e Formação, Lda. Disponível no portal: <http://formapico.com/>

Guimarães, J. (2007). *A estrutura conceptual da Contabilidade—do POC ao SNC*. Revista TOC 91, 45-56. Disponível no portal: [https://www.occ.pt/downloads/files/1191515176\\_42a56\\_contabilidade.pdf](https://www.occ.pt/downloads/files/1191515176_42a56_contabilidade.pdf)

Klemm, M., Sanderson, S., & Luffman, G. (1991). Mission Statements: Selling Corporate Values to Employees, *Long Range Planning*, 24(3), 73-78.

Lawrence, S. (1996). *International accounting*. Cengage Learning EMEA.

Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro. *Diário da República n.º 171/2010, Série I de 2010-09-02*. Assembleia da República. Disponível no portal: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/344271/details/normal?q=Lei+n%C2%BA35%2F2010%2C%20de+2+de+setembro>

Marques, M. (2007). O Justo Valor e a sua Auditoria, *Revisores e Auditores*, 37, 20-26.

Mirvis, P., Googins, B., & Kinnicutt, S. (2010). Vision, mission, values. *Organizational Dynamics*. 39(4), 316-324.

Portal da Ordem dos Contabilistas Certificados. Disponível no portal: <https://www.occ.pt/pt/>

Portal da Segurança Social Direta. Disponível no portal: <https://app.seg-social.pt/sso/login?service=https%3A%2F%2Fapp.seg-social.pt%2Fptss%2Fcaslogin>

Portal das Finanças. Disponível no portal: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/at/html/index.html>

Portugal 2020. Balcão 2020. Disponível no portal: <https://balcao.portugal2020.pt/Balcao2020.idp/RequestLoginAndPassword.aspx>

Programa Operacional Açores 2020. Disponível no portal:  
<http://poacores2020.azores.gov.pt/>

Santos, L. L. (2002). *A estrutura conceptual da contabilidade em Portugal*. Disponível no portal:  
<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1179/1/artigo%20IX%20cIC%202002-2.pdf>

Tweedie, D., & Seidenstein, R. (2004). Setting a global standard: The case for accounting convergence. *Northwestern Journal of International Law & Business*, 25(3), 589-608.

Van der Tas, L. (1988). Measuring Harmonisation of Financial Reporting Practice. *Accounting and Business Research*, 18(70), 157-169.

Verma, V. (2009). Mission statements: A study of intent and influence. *Journal of Services Research*, 9(2), 153-172.

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**  
**Faculdade de Economia e Gestão**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal

**A contabilidade financeira de microempresas: o caso da Formapico –  
Contabilidade, Gestão e Formação, Lda.**

Inês Sofia Bettencourt Madruga



**RE**